

## **21 - Reabilitação Ambiental Urbana no bairro N. Sra. Aparecida em Patos de Minas**

As cidades médias desempenham um papel fundamental dentro da hierarquia urbana. Atuam enquanto espaços de dinamização de relações articulando os demais níveis urbanos, visto que atendem a um determinado raio regional ao mesmo tempo em que estão submetidos a alguma outra cidade maior. De maneira que não são tão pequenas a ponto de limitar as oportunidades e opções dos seus habitantes e não tão grandes a ponto de onerar ou até por em risco a vida da sua população.

Não existe consenso para sua definição, sendo diversos os critérios utilizados para tal, dentro os quais, os demográficos e econômicos são os mais comuns. Como as cidades médias possuem uma estrutura tão mais complexa que a das cidades pequenas e igualmente menos que as das aglomerações maiores, pode ser observada uma interessante dinâmica que atendem a uma função determinada e conformam uma estrutura intraurbana e conseqüente paisagem bastante peculiar.

A cidade de Patos de Minas se encaixa em todos os critérios de classificação de uma cidade média. O modelo de zoneamento morfológico funcional indica os padrões da estrutura dessas cidades, existe uma área central, claramente delimitada que exerce função terciária e possui animação durante o dia e a noite, além do que é o ponto de convergência da circulação na cidade e possui alta densidade construtiva e verticalização. Margeando, uma mancha pericentral predominantemente residencial, é bem conectada ao centro, de onde seguem eixos de centralidade. As várias centralidades, funcionais, comerciais, de serviços ou apenas equipamentos polarizadores, em diferentes níveis de complexidade, aparecem geralmente na conexão ou ao longo das principais vias. A periferia completa a mancha urbana até o perímetro, os loteamentos que compõem essa mancha, são mais ou menos conectados segundo a malha urbana, constituindo o maior ou menor grau de isolamento dos mesmos. O que Amorim Filho (2005) chama de "zona periférica descontínua" é aqui entendido como as áreas que se ligam ao entorno por apenas uma ou duas vias, caracterizando uma ilha. A "zona periférica descontínua desorganizada" ou "vila" é assim chamada por apresentar características fisionômicas semelhantes aos povoados rurais, o que não é o caso, portanto, foi aplicado para aquelas áreas que possuem além de serem pouco conectadas, apresentam características de ocupação não planejada, em áreas de risco, comprometida em termos de legibilidade, urbanidade e até orientabilidade, visto seus padrões morfológicos, infraestrutura urbana e espaços públicos.

A região do Cristavo, formada pelo bairro N. Sra. Aparecida, entre outros, é uma destas periferias descontínuas desorganizadas. O fragmento compreende também um importante eixo de ligação centro/bairro e zonas rurais com potencial de centralidade, além de diversos equipamentos institucionais. O que, entretanto, não foi suficiente para vetorizar o desenvolvimento e qualificar o espaço. Embora seja uma estrutura bastante comprometida em termos urbanos, é importante observar que os moradores – que possuem baixa renda e escolaridade (renda média de 1 a 3 salários mínimos e nível de ensino fundamental), demonstraram forte estima pelo lugar. Outro ponto é que não cabe nenhuma intervenção drástica, o partido de projeto deve ser a própria

realidade local, não apenas por se tratar de uma preexistência, mas por possuir significado e valor afetivo para quem vive ali. O prognóstico, a partir do conhecimento minucioso da realidade local, deve articular várias propostas sutis, elaboradas conforme as demandas encontradas, gerando uma estrutura dinâmica, que se relacione e se aproveite daquela já existente e consolidada, gerando e fortalecendo uma série de potencialidades.

Diversas estratégias projetuais deverão interagir e se complementar a fim de favorecer a mobilidade, gerar continuidade e animação tanto no recorte como no todo urbano, afinal, a cidade precisa estar interligada fisicamente e também por suas diversas funções; o seu todo deve ser o complemento – e não ajuntamento – das suas partes. O contínuo de espaços (espaço é aqui entendido como a área e a função ali desempenhada) deve conferir unidade e identidade urbana, a malha deve ser permeável e integrar os diversos nós, criando uma rede equilibrada e dinâmica.

Neste sentido, atentar para o caráter ambiental, da ocupação e da circulação de uma área é fundamental para o projeto urbano e pro planejamento do território. É preciso enfrentar as conseqüências que a falta de gestão do meio ambiente e a negligência em planejar as ocupações geraram. Alterar o caráter de uma área, reabilitando-a, consiste em atribuir valores a seus elementos, de forma que eles dinamizem entre si. Uma lógica fundamental é fortalecer, senão restabelecer, a estima dos moradores pelo lugar, e isto só é possível quando existem estruturas e elementos com os quais as pessoas se identificam, que gerem segurança e as motivem a passear, se divertir, contemplar e utilizar a cidade como espaço delas.

O projeto para o bairro N. Sra. Aparecida atentou para as peculiaridades de cada escala envolvida: da casa, da rua, da praça, do próprio bairro e da cidade, priorizando sempre o morador como motivo de maior interesse. Os percursos a serem realizados pelo pedestre, ciclista ou mesmo o motorista foram pensados de modo a explorar o potencial contemplativo das belíssimas paisagens formadas pelo fundo de vale, bem como assegurar o conforto e segurança dos usuários. A facilidade de qualquer deslocamento dentro do bairro se torna possível com o remanejamento do fluxo pesado e de carga da Avenida Joaquim Fubá, e, conseqüentemente da Ponte dos Arcos (patrimônio histórico do município e que não oferece suporte para o tráfego existente), a criação da Via Marginal e o prolongamento da Via Três, consolidando o contínuo da malha viária e possibilitando a rapidez de qualquer acesso. Da mesma maneira, uma rede de ciclovia e ciclofaixas permeia o bairro, conectando os principais equipamentos. Os passeios receberam tratamento não apenas como forma de garantir a mobilidade universal e conforto, mas a fim de despertar o interesse do cidadão ao percurso; foi utilizada pavimentação drenante, mobiliário e iluminação adequados e arborização quando possível. Em todos os cruzamentos, é prioridade a travessia do pedestre, sendo esta elevada naqueles entre vias de maior fluxo de veículos.

Através da infraestrutura verde atentou-se não apenas para o problema da drenagem urbana, comum a todas as cidades, mas a questão da continuidade do verde. Os jardins de chuva, canteiros pluviais e biovaleta, pretendem ser uma extensão do parque na área verde permeando o meio urbano; as lagoas de retenção oferecem também o potencial recreativo, visto que são aproveitadas como pequenas praças conectadas com equipamentos de lazer e estar. Inclusive, uma série de praças, tratadas paisagisticamente e com

infraestrutura adequada, junto aos miradores, plataformas ao longo dos passeios locadas a partir do potencial de contemplação do determinado ponto, tornam o percurso pelo bairro ainda mais prazeroso. Um teatro de arena foi estrategicamente implantado numa área de risco, onde se aproveitou a contenção do solo com pneus para criar a arquibancada e um imenso jardim produtivo.

Equipamentos de uso comunitário e compatível com a vocação da área também foram propostos como a instalação de posto de resgate do Corpo de Bombeiros e Polícia Ambiental, posto da Polícia Militar, padaria, lavanderia, lanchonetes, espaços para feiras e festas populares, hortas, entre outros. Porém, para que estes novos equipamentos pudessem interagir com os existentes, procurou-se valorizar a estrutura prévia em termos urbanos, integrando-os a espaços públicos, substituindo muros por elementos permeáveis, criando elementos que servissem de marco visual e conectando através das vias de pedestres.

Nas manchas de área identificadas como de risco, foi necessária a remoção das ocupações, bem como da indústria existente (de pré-moldados) por não se inserir nos usos compatíveis. Para essa população, proveniente de 56 domicílios, foi proposta a relocação na mesma área, através do loteamento projetado, ou em qualquer outra da cidade, conforme o interesse do morador a ser negociado com a Prefeitura Municipal. Assumindo, então, este objetivo para a área loteável, foram adotados como princípios de desenho a continuidade da morfologia existente e a garantia do direito social de propriedade. Logo se realizou o mapeamento da ocupação; como o microparcelamento não é definido, foi calculada uma média de área por ocupação, sendo esta de 244 m<sup>2</sup> por terreno e 60 m<sup>2</sup> por construção; e considerando os 250 m<sup>2</sup> definido pelo Estatuto da Cidade para condicionar o usucapião, foi adotado este padrão de área para as novas microparcelas. Conforme a mesma legislação, foram adotadas as ZEIS, com parâmetros específicos de ocupação, a fim de assegurar a função social e os objetivos a que tal parcelamento se propõe, além dos princípios adotados por todo o projeto urbano.

Hoje, a periferia não é mais um satélite orbitando ao redor do centro urbano. A dispersão das centralidades alterou essa noção e ela requer, da mesma forma que o centro urbano da cidade formal, infraestrutura de abastecimento, mobilidade, variedade de usos, espaços livres e de animação, lazer e recreação. Isso tudo numa paisagem bastante peculiar – considerando a tipologia arquitetônica, densidade, vegetação, etc. -, sua estrutura intraurbana adquire autonomia e suas funções se diversificam. Integrá-la em si e com a cidade através da criação de centralidades gera equilíbrio urbano. Questões como articulação de malha, permeabilidade, ordenação de fluxos, geração de nós e, principalmente, qualificação do espaço público devem ser privilegiados como forma de construir cidade. A grande estratégia é dinamizar os contatos sociais e a experiência urbana, convertendo o morador em um cidadão – legitimamente urbano.